

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 01/2019
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2019

CONTÉM 13 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2019 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 22h30. -----

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	4
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES	5
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	5
= ORDEM DO DIA =.....	8
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS – LEI 50/2018 DE 16 DE AGOSTO	8
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....	13
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	13
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	13
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	13
= ENCERRAMENTO =	13



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia quinze do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia cinco de fevereiro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira e Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende, que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras. -----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS).-----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Marta Sofia Lopes Dantas, após ter sido convocado Manuel José Miranda, que informou não poder estar presente, por razão inadiável.-----

----- António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira (UF) foi substituído por Amílcar Duarte da Cunha Ribas, tesoureiro da UF. -----

----- Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF), foi substituída por Sandrina Pereira da Silva, tesoureira da UF. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia Municipal, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. ---

Antecipadamente ao início do período de antes da ordem do dia, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu autorização para incluir um assunto na ordem de trabalhos, nos termos do nº 2, artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, relativo à transferência de competências para os municípios, que carecia de apreciação urgente e que ficou como ponto 1 da ordem de trabalhos, do período da ordem do dia. -----

A inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos foi aprovada, por unanimidade. -----.

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 16 de novembro de 2018.-----

A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Marta Sofia Lopes Dantas e Sandrina Pereira da Silva.-----

Na leitura do expediente o presidente da Assembleia chamou a atenção para a resposta da Altice Portugal, SA, à recomendação à Câmara Municipal de Paredes de Coura, apresentada na sessão da Assembleia Municipal de 16-11-2018, para que desenvolvessem as diligências necessárias, para que fossem ultrapassadas as dificuldades relacionadas com a prestação do serviço de TDT - Televisão Digital Terrestre). Esta solicitou a colaboração do município para averiguar a persistência de eventuais situações e indicou o número gratuito 800 200 838, para contactar e reportar dificuldades no acesso ao serviço, bem como o site oficial <http://tdt.telecom.pt>. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

----- Intervenções no âmbito dos representantes da Assembleia Municipal em comissões. -----

----- **Manuel Monteiro (PS):** na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, informou que a última reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM, reunião extraordinária, versou sobre a questão das transferências. Foi discutida a proposta de transferências de competências para o âmbito intermunicipal. Foi aprovada a competência de promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo e foi aprovada a não aceitação da transferência de competências no domínio da justiça e no domínio de apoio a redes de quartéis de bombeiros voluntários.-----

Foi uma sessão rápida, como é hábito e é uma dinâmica política e institucional que a CIM e o seu conselho executivo implementaram, na medida em que os assuntos tratados são quase sempre aprovados e consensualizados internamente. -----

Portanto, no âmbito da assembleia intermunicipal, tem havido alguma discussão acesa, mais no período de antes da ordem do dia, em que os documentos onde têm sido consensualizadas a maior parte das questões e, ainda bem que é assim, dado que é um órgão intermunicipal e, assim sendo, está ao serviço das populações, mas também está ao serviço da democracia e da participação das populações, através dos seus representantes e sobretudo ao serviço do desenvolvimento da qualidade de vida de todos os alto minhotos. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Celina Araújo Sousa (PCP/PEV): solicitou a colaboração do executivo no sentido de, com as juntas das freguesias, durante o período de inverno, identificar locais de formação de gelo na via pública para que se coloque sal, a fim de se evitar acidentes mais ou menos graves. Mora perto da escola secundária e assistiu a várias quedas de alunos, na rampa de acesso à mesma. -----

Outra questão que apresentou foi sobre a limpeza de ruas. Questionou se está a ser feita, já que, se se pretende atrair visitantes ao concelho, isso acaba por ser o cartão de visita, além de que a limpeza deve ser feita no respeito para com os courenses. -----

Eduardo Daniel Cerqueira (PS): *“A minha declaração, antes de mais é um reconhecimento e um ato de justiça, e é de Justiça que falarei, com quem pugnou de forma empenhada, numa luta desigual, mas nunca desistindo, nem baixando os braços:-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Paredes de Coura volta a ter um tribunal na verdadeira aceção da palavra. Um tribunal com poderes e funções plenas. Constitui, pois, uma vitória para Paredes de Coura. Muitos não acreditavam e ouvimos isto aqui nesta assembleia, já para não falar no nosso meio social. Mas a persistência, a luta contra uma injustiça, e as reivindicações junto do nosso governo tiveram consequência. E não se tratou de uma questão de dádiva política. Paredes de Coura lutou e mereceu. É uma terra com vitalidade, uma terra que cria riqueza e que, portanto, merece respeito. -----

Em Paredes de Coura, o Tribunal passa a Juízo de Competência Genérica, que vai julgar todo o tipo de causas. No fundo, vamos ter um Tribunal normal como nos outros concelhos. E uma coisa nova Paredes de Coura passa a ter lugar de juiz. Deixamos de partilhar. Coura tem o seu juiz que cuida em primeiro lugar dos processos de Paredes de Coura. Quando for oportuno e assim for necessário pode trabalhar no Tribunal de Valença. Mas o Juiz é Coura. O seu lugar é em Paredes de Coura. Passamos a ter a sua emancipação jurídica. Não dependemos de outros. Ninguém deu muito eco a esta notícia porque as pessoas de Paredes de Coura já estão habituadas a grandes vitórias. Mas esta conquista reforça o otimismo no futuro da nossa terra, mostra o nosso peso político e, mais uma vez, reforça a afirmação de Paredes de Coura no contexto do país. -----

Somos de facto uma terra com futuro, uma terra com orgulho. Os courenses estão de parabéns. Os nossos governantes, perdoem-me a adjetivação, humildes e trabalhadores merecem o reconhecimento do povo de Paredes de Coura.” -----

Presidente da Câmara: avaliou o reparo sobre a limpeza das ruas como justo e pertinente. Não só que algumas ruas possam estar mais limpas, mas que outros arranjos possam ser feitos, sobretudo a pintura de alguns muros e outros arranjos inseridos em contexto urbanístico. Aguardam o fim do inverno e das situações de maior humidade para resolver essas situações. Às vezes, nem é preciso dinheiro, basta organização e estar atento a alguns pormenores. Por isso, já tem vindo a chamar a atenção junto dos funcionários para algumas situações que já foram melhorando, mas ainda há margem para mais. -----

Em relação à geada que se cria nas vias de comunicação informou que a Câmara já tem vindo a fazer trabalho com os presidentes das juntas, mas passou a palavra ao vereador Tiago Cunha para dar pormenores mais objetivos. -----

Vereador Tiago Cunha: vem sendo feito, há vários anos, o levantamento dos pontos que têm maior risco de gelo. Por norma, esses pontos são identificados e comunicados à IP (Infraestruturas de Portugal), bem como à Proteção Civil, uma vez que uma grande parte, ou uma parte significativa deles, é na rede de estradas nacionais. -----

Além do mais, o trânsito é maior junto dessa rede, o que significa que o risco de acidentes é maior nessa rede. Não sei se a questão a que se refere diz respeito à rede de estradas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Houve alguns acidentes, de facto, e tivemos algumas solicitações por parte da IP, para agir nesses pontos de forma preventiva. Procuramos fazê-lo, nem sempre foi possível com a brevidade necessária, mas creio que não há situações de maior gravidade a registar. Houve alguns pequenos acidentes. -----

Em relação à rede de estradas municipais, existem já pontos referenciados na rede de estradas municipais, para colocação de sal, sempre que existe uma vaga de frio. O que aconteceu este ano e que referiu, que no fundo era o que pretendia evidenciar, não tanto a rede viária municipal, mas sim o circuito pedestre à volta da vila. Existem alguns pontos dentro da vila que por acumulação, maior frio ou escorrência de água se transformam em verdadeiras armadilhas. Ao exemplo da Escola Secundária pode-se acrescentar o exemplo da Escola Básica e nesses pontos, visto que não são situações muito habituais e frequentes procurámos distribuir sal, não só pelas juntas de freguesia, mas pelos próprios funcionários que lá estavam e a colocação a ser feita por eles.-----

Posso dizer que na escola secundária aconteceu dentro de própria escola, não só naquela rampa que se tornou bastante perigosa, mas também dentro da própria escola.-----

Não é uma situação que possamos achar absolutamente previsível, depende de muitas circunstâncias, mas sobretudo da forma como é feito o escoamento das águas porque, infelizmente, nem sempre o civismo das pessoas é o melhor e sempre que, numa altura de maior frio, as pessoas encaminham as águas para as estradas municipais. É evidente que com o frio que se faz sentir não seja apenas a geada que se acumula que é um risco, mas que às primeiras horas de luz se dissipa, é o gelo que se vai perpetuando. De qualquer forma fica registada a preocupação e num futuro próximo vamos procurar articular melhor com as juntas de freguesia porque é sempre uma questão essencial.

Celina Araújo (PCP/PEV): O local de referência, tipicamente, acontece em todos os invernos, não é por acumulação de águas, mas é uma zona que não apanha sol durante o inverno. -----

A questão que se colocou e, não é culpa do município, é, presumo eu, o portão da paragem de autocarros da Escola Secundária estar fechado, o que obriga os alunos a dar a volta e a descer pela rampa que é muito acentuada e origina muitas quedas. E esta questão demorou muito tempo a ser resolvida. -----

Presidente da Assembleia: com a recuperação total do Tribunal, por todas as suas competências, é um facto que tem de ser assinalado pelo município através de uma publicação, indo ao encontro daquilo que já foi feito em 1906. A comarca de Paredes de Coura foi criada em 1875 e, em 1905, embora publicado em 1906, por iniciativa daquele que veio a ser presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Dr. Narciso Alves da Cunha, que organizou um opúsculo a que chamou “A Consagração da Comarca”.-----

Agora, o Município irá fazer certamente para o “10 de agosto”, Dia do Município, repetir, um pouco, essa experiência, para que fique registado, para que os vindouros saibam aquilo que se passou e que houve pessoas a lutarem para a recuperação do Tribunal que foi fechado e para que a história não se volte a repetir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ORDEM DO DIA =

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS – LEI 50/2018 DE 16 DE AGOSTO

PONTO N.º 1 – Apreciação, discussão e votação de proposta de transferência de competências para as autarquias locais que a seguir se transcreve.-----

“II PROPOSTA -----

Transferência de competências para as autarquias locais-----

As autarquias locais desempenham e desempenham um papel fundamental no progresso e na coesão social e territorial do País. Como tal, a participação do poder local pode e deve ser progressivamente alargada para novas competências em setores atualmente da Administração Central. -----

Nesse sentido, foi aprovada a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a Lei Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Esta Lei remete para diplomas de âmbito setorial a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. -----

Esta Lei definiu o dia 15 de setembro de 2018 como o prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019. No entanto, nessa data não se encontravam aprovados os referidos decretos-lei sectoriais e os envelopes financeiros associados a cada autarquia com a identificação das verbas por área de competências a transferir. Como tal não estavam reunidas as condições para que as autarquias pudessem deliberar se aceitavam exercer as novas competências no ano de 2019. -----

*No final de novembro de 2018, foram publicados no Diário da República 9 decretos-leis sectoriais para os órgãos municipais, nomeadamente, o Decreto-Lei nº 97/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado**, o Decreto-Lei nº 98/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo**, o Decreto-Lei nº 100/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das **vias de comunicação**, o Decreto-Lei n.º 101/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e intermunicipais no domínio da **justiça**, o Decreto-Lei n.º 103/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no **apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários**, o Decreto-Lei n.º 104/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes**, o Decreto-Lei n.º 105/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da*

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitação, o Decreto-Lei n.º 106/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **gestão do património imobiliário público sem utilização** e o Decreto-Lei n.º 107/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio **do estacionamento público**. -----

Relativamente a estes diplomas setoriais, por proposta da Câmara Municipal, já se pronunciou a Assembleia Municipal de Paredes de Coura, tendo sido comunicado em tempo à DGAL quais as competências que se pretende não sejam exercidas no ano de 2019 pelo Município de Paredes de Coura. -----

Em 30 de Janeiro de 2019 foram publicados em Diário da República quatro novos diplomas setoriais, a saber: -----

- 1 Decreto-Lei n.º 20/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019;-----
- 2 Decreto-Lei n.º 21/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais **no domínio da educação**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019; -----
- 3 Decreto-Lei n.º 22/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da cultura**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019;-----
- 4 Decreto-Lei n.º 23/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais **no domínio da saúde**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019. -----

A Lei-Quadro também prevê a inscrição no Orçamento do Estado para 2019 dos recursos financeiros a atribuir às autarquias locais para a prossecução das novas competências, cujos montantes devem constar no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). No entanto, em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019 foram rejeitadas na Assembleia da República as normas relativas à dotação do FFD. A ANMP-Associação Nacional dos Municípios Portugueses refere “não haver, no momento, possibilidade de serem efetuadas alterações orçamentais destinadas ao seu reforço nem estando determinado qual o procedimento legal a seguir para o efeito”.-----

Assim, no passado dia 8 de janeiro, a ANMP tomou a deliberação de “exigir ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, devendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes Decretos-Lei setoriais.”-----

Na Assembleia da República, no passado dia 4 de janeiro, foi aprovada uma Recomendação para que o Governo apresente à AR os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização por Autarquia para o ano de 2019 até ao final de fevereiro e que conceda um prazo de 60 dias corridos após a publicação da Lei para os Municípios se pronunciarem sobre o exercício das competências previstas nos decretos leis no ano de 2019. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal considera que a proximidade ao território e ao cidadão permite tomar melhores decisões para as populações, por um lado, e fazer uma melhor gestão, por outro. As autarquias locais, dispondo dos meios necessários, poderão obter melhores resultados para as pessoas do que os obtidos pelo estado central. -----

Assim, consideramos que é fundamental continuar a aprofundar a transferência de competências, garantindo que ela seja concretizada com os recursos humanos, organizacionais e financeiros necessários para, com responsabilidade e defendendo de forma intransigente os interesses dos courtenses, garantir um melhor serviço público de proximidade. -----

Tal como foi critério anteriormente definido para avaliar sobre a transferência de competências para o Município, importa perceber se as ações que se pretende passem a ser levadas a cabo pelos serviços implicam o financiamento da atividade por de meio de taxas ou correspondem a setores em que a atuação e o suporte do Município já existem por meio de protocolo. Neste caso, impõe-se que sejam tacitamente aceites pois não representam um ónus ou custo adicional ao Município. -----

Relativamente aos regimes de entrada em vigor dos diplomas agora publicados evidenciamos que existem diferenças que devem ser assinaladas. Em primeiro lugar, o Decreto-lei 21/2019, relativo à descentralização em matéria de educação, refere que as condições de financiamento para as despesas de transporte escolar, pessoal não docente e despesas de equipamento e conservação, bem como verbas para o ano letivo de 2019/2020, serão fixadas em diploma a publicar – ainda não publicado – sendo que a comunicação de que não se pretende exercitar a competência deverá ser efetuada até 30 de abril de 2019 à DGAL. Por outro lado, o Decreto-lei 23/2019, relativo à descentralização em matéria de saúde, define que quanto ao ano de 2019 os Municípios que não pretendam o exercício das competências deverão comunicar a deliberação da assembleia municipal no prazo de 60 dias contados da publicação de despacho que disponha sobre as condições materiais e mapas dos fundos a transferir para os Municípios – ainda não publicado. Pelo que, relativamente a estes dois diplomas e às matérias neles dispostas, não estão ainda reunidas as condições para que possa haver pronúncia, por um lado, e existe ainda tempo para que possam ser sujeitos à avaliação da Câmara e da Assembleia Municipal em reunião ordinária futura. -----

Relativamente aos Decretos-leis n.º 20/2019 e 22/2019, é necessário seja deliberado e, sendo caso disso, comunicada a decisão de não exercício das competências para o ano de 2019 no prazo de 60 dias contados da entrada em vigor, 31 de janeiro, pelo que nunca em data posterior a 31 de março de 2019. A presente apreciação e proposta incidirá, por isso, apenas relativamente a este dois diplomas. - Quanto ao Decreto lei 20/2019, que dispõe em matéria de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, não estão devidamente maturadas as condições económicas e financeiras de suporte a uma boa execução já no ano de 2019 nem o Município dispõe de imediato dos quadros necessários à sua consciente e eficaz operacionalização. Pelo que, relativamente a este, impõe-se uma expressa recusa ao exercício das competências para o presente ano de 2019 e consequente comunicação à DGAL, nada obstando que no futuro seja outro o sentido de decisão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que concerne ao Decreto-lei 22/2019, que dispõe quanto à descentralização de competências em matéria de cultura, entendemos nada obstar a que o Município exerça já no ano de 2019 as competências pois, dada a evidente aposta do Município neste setor, tal não implicará acrescidos ónus económicos. -----

Face ao exposto, propomos que a Câmara Municipal, relativamente às competências municipais, delibere propor à Assembleia Municipal que, relativamente ao ano de 2019, o Município de Paredes de Coura: -----

Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº 20/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de **proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos**, publicado em 30 de janeiro e que entrou em vigor no dia 31 de janeiro de 2019, ao abrigo do artigo 24º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto; -----

Mais se propõe que, tendo em conta a data do termo do prazo para comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais da não aceitação da transferência das competências prevista no referido diploma (60 dias corridos após a sua entrada em vigor):-----

a) Dada a evidente urgência de que esta questão se reveste, seja requerido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 50º nº 2, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja submetida à deliberação da assembleia ordinária, que ocorrerá no próximo dia 15 de Fevereiro, a possibilidade de deliberar sobre este ponto não incluído na ordem do dia e a pretensão de não exercer as referidas competências municipais de modo a permitir a comunicação, no prazo estabelecido, da posição municipal relativamente aos diplomas setoriais;-----

Caso assim não entenda ou, se submetido à deliberação, não for autorizada pela assembleia a inclusão do ponto na ordem do dia, -----

b) seja requerido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 28º nº 1, alínea a), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para a tomada de deliberação sobre a não pretensão de exercer as referidas competências municipais, a realizar antes de 31 de março, de modo a permitir a comunicação, no prazo estabelecido, da posição municipal relativamente aos diplomas setoriais. -----

Paredes de Coura, 12 de janeiro de 2019".-----

Presidente da Câmara: na área da educação, escolhemos não deliberar porque há tempo até abril e falta o orçamento que expõe as condições. -----

No domínio da cultura, valorizamos a cultura como forma de formar melhores cidadão e crianças mais predispostas a aprender. Apostamos na atividade cultural e não nos arrependemos disso. Por isso, uma vez que a proposta de delegação de competências não representa um encargo adicional aos que já estão assumidos, nem a constituição de novos quadros, aceitamos a delegação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na área da saúde, atendendo a que não estão publicadas as condições económicas para o exercício da delegação, aguardamos para deliberar posteriormente.-----

A delegação da competência do domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos representa a necessidade de, pelo menos, contratar três pessoas e de providenciar formas para adequar os quadros, em tempo record. Isto seria, além de uma enorme irresponsabilidade, um encargo económico impossível de assumir neste momento. Pelo que, não hesitamos em não aceitar esta delegação.-----

A Câmara não assina cheques em branco, nem aceita de forma cega a transferência de competências. Somos, por condição, a favor de delegação de competências, mas não a qualquer custo. Em todo o caso, a Câmara de Coura valoriza a ação governativa e louva a iniciativa de descentralização de competências, continuando disposta a negociar as condições financeiras em que possam exercer-se.

João Cunha (PPD/PSD): disse que o discurso do presidente da Câmara era diferente em relação ao da Assembleia anterior, agora já colocava mais entraves à delegação de competências, o que demonstra que o programa de descentralização do Governo não agrada sequer às autarquias do Partido Socialista.-----

Manuel Monteiro (PS): a Câmara está atenta e não perde o foco do que era essencial: melhor servir os courenses, mesmo que isso signifique dizer que não ao Governo.-----

João Cunha (PPD/PSD): lamentou a falta de informação e debate deste ponto. Entende que devia ter acesso a mais informação, uma vez que o PSD não tem acesso prévio a nenhuma da informação apresentada nas reuniões da Câmara, o que complica a preparação destas sessões.-----

Presidente da Assembleia: disse que a documentação tinha sido enviada a tempo, a todos os membros e que foi dado tempo suficiente para se debaterem os temas e deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

Presidente da Câmara: disse que responderia às questões que lhe fossem colocadas, acrescentando que a legalidade é totalmente garantida e que o PSD não tem acesso aos dados e informações que vão à Câmara, porque não tem nenhum vereador que o represente. No entanto, todos os esforços de colaboração são garantidos.-----

João Cunha (PPD/PSD): solicitou que fosse enviada informação sobre as reuniões da Câmara, uma vez que não participam e precisam de ter conhecimento das decisões, pedindo, por isso, uma mudança de atitude.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia: disse que as reuniões da Câmara são públicas e que o porta-voz de cada partido pode solicitar informação à Câmara, que estará disponível para a conceder em tempo útil. -----

Manuel Monteiro: disse que não compreendia muito bem a questão colocada e que a oposição tem de aprender a ser oposição, sem representação na vereação, requerendo a informação que entenda pedir. Além disso, acrescentou, que das sessões são produzidos editais. -----

Submetida à aprovação a proposta de transferência de competências para as autarquias locais foi aprovada por unanimidade com 31 votos, sendo 24 do PS; 4 do PSD, 1 PCP/PEV e 2 independentes. -----

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

PONTO N.º 2 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Câmara declarou-se à disposição para os esclarecimentos que quisessem apresentar.

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 03 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30-10-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 04 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-01-2019, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 16-11-2018, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 05 – Intervenção do público. -----

Não houver intervenções.-----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----